

Conversão de Demonstrações Contábeis pelo SFAS 52 - Um Estudo Sobre a Propriedade da Adoção do Dólar Justo na Aracruz Celulose S/A

Mabelle Martinez Montandon

Alex Aurelino Albuquerque Nunes

José Augusto Veiga Da Costa Maques

Resumo:

Desde a adoção do sistema de câmbio flutuante, as empresas brasileiras que convertem suas demonstrações contábeis, preparadas de acordo com os princípios norte americanos, pelo SFAS 52, enfrentam um enorme problema em épocas de grande oscilação das cotações do dólar. O SFAS 52 preconiza que grande parte dos itens patrimoniais têm que ser convertidos para o dólar pela cotação oficial de fechamento do exercício. Assim, em momentos em que o dólar encontra-se influenciado por algum "nervosismo" do mercado, a cotação oficial tende a não representar a real paridade entre as duas moedas. Nestes casos, em que é percebido que a oscilação é momentânea e será revertida, as demonstrações contábeis, preparadas sob a égide deste Pronunciamento, não reproduzem a real situação econômico-financeira das empresas, sua primordial função. Este artigo sugere a adoção do modelo Szuster, com a utilização do dólar justo no processo de conversão das contas, muito mais condizente com a realidade, e apresenta como estudo de caso, a análise da adoção do dólar justo nas demonstrações contábeis da empresa Aracruz Celulose S.A em 2001 e 2002 para as contas de financiamentos a longo prazo e despesas financeiras.

Área temática: *Novas Tendências Aplicadas na Gestão de Custos*

Conversão de Demonstrações Contábeis pelo SFAS 52 - Um Estudo Sobre a Propriedade da Adoção do Dólar Justo na Aracruz Celulose S/A

Mabelle Martinez Montandon (Universidade Federal do Rio de Janeiro FACC/UFRJ - Brasil)

mabellemm@hotmail.com

Alex Aurelino Albuquerque Nunes (Universidade Federal do Rio de Janeiro FACC/UFRJ - Brasil)

alex.aurelino@uol.com.br

José Augusto Veiga da Costa Marques (Universidade Federal do Rio de Janeiro FACC/UFRJ - Brasil)

joselaura@uol.com.br

Resumo

Desde a adoção do sistema de câmbio flutuante, as empresas brasileiras que convertem suas demonstrações contábeis, preparadas de acordo com os princípios norte americanos, pelo SFAS 52, enfrentam um enorme problema em épocas de grande oscilação das cotações do dólar. O SFAS 52 preconiza que grande parte dos itens patrimoniais têm que ser convertidos para o dólar pela cotação oficial de fechamento do exercício. Assim, em momentos em que o dólar encontra-se influenciado por algum “nervosismo” do mercado, a cotação oficial tende a não representar a real paridade entre as duas moedas. Nestes casos, em que é percebido que a oscilação é momentânea e será revertida, as demonstrações contábeis, preparadas sob a égide deste Pronunciamento, não reproduzem a real situação econômico-financeira das empresas, sua primordial função. Este artigo sugere a adoção do modelo Szuster, com a utilização do dólar justo no processo de conversão das contas, muito mais condizente com a realidade, e apresenta como estudo de caso, a análise da adoção do dólar justo nas demonstrações contábeis da empresa Aracruz Celulose S.A em 2001 e 2002 para as contas de financiamentos a longo prazo e despesas financeiras.

Palavras chave: Conversão de Demonstrações Contábeis, SFAS 52, Dólar Justo.

Área Temática: Novas tendências aplicadas na gestão de custos.

1. Introdução

A cada ano tem se intensificado no Brasil o número de empresas que optam pelo lançamento de ações em bolsas de valores estrangeiras, uma vez que esta forma de captação de recursos mostra-se, em muitos casos, mais barata do que a captação através de instituições financeiras nacionais.

Do outro lado, o investidor que precisa decidir se compra, vende ou mantém suas ações, necessita efetuar diversas análises, dentre estas, a das demonstrações contábeis, a qual permanece sendo a fonte primária de informações aos investidores e analistas. Neste contexto, enfrenta-se, entretanto, um problema: não existe uma convergência de princípios contábeis e de moeda, que seja aceito e adotado por todos os países.

Assim, exemplificando, se uma empresa brasileira decide emitir ações no mercado norte-americano a legislação desse país determina que em algumas situações, a conversão das demonstrações contábeis para os padrões e moeda lá adotados é obrigatória. Tais medidas são adotadas objetivando garantir a compreensibilidade, a confiabilidade e a comparabilidade das informações.

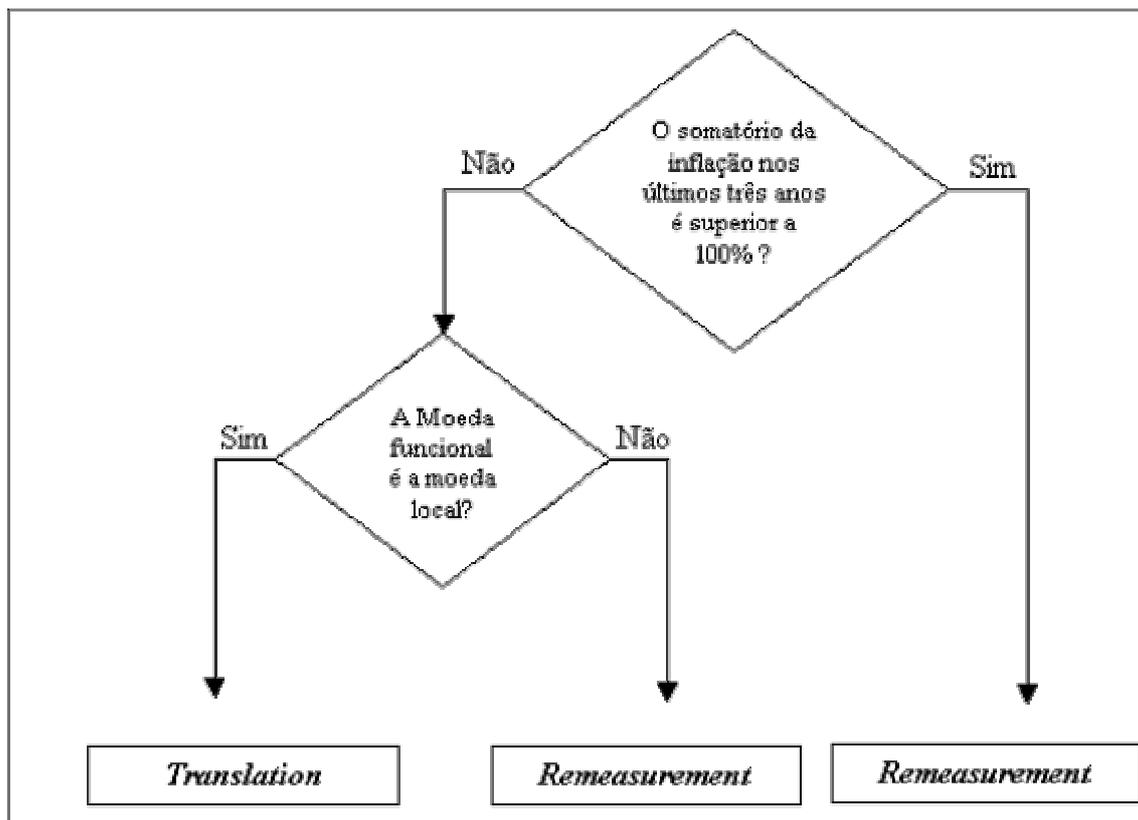
A emissão de ações não é, contudo, o único motivo para que uma empresa converta suas demonstrações. A conversão é necessária também, por exemplo, nos casos de consolidação de informações de um grupo empresarial multinacional, para possibilitar a análise comparativa entre empresas de países distintos, para permitir ao investidor estrangeiro melhor acompanhamento de seu investimento, dentre outros.

Com base nisso, o estudo apresentado procura analisar os efeitos nos demonstrativos contábeis da Aracruz Celulose S.A de 31 de dezembro de 2002 nos itens patrimônios e de resultados a partir da utilização da metodologia Szuster para as contas de financiamentos a longo prazo e despesas financeiras.

2. Os métodos de conversão

Inicialmente, destaca-se que independentemente do método que será utilizado, a empresa brasileira deve começar o processo com a adequação das suas demonstrações contábeis aos princípios geralmente aceitos nos Estados Unidos (United States Generally Accepted Accounting Principles US GAAP), uma vez que existem diversas diferenças entre as práticas contábeis destes dois países. Os métodos de conversão que serão apresentados a seguir, partem do pressuposto que o procedimento de adequação das demonstrações contábeis aos princípios norte-americanos encontra-se superado.

Atualmente, o Statement of Financial Accounting Standards nº 52 – SFAS 52 – regulamenta os padrões a serem seguidos pelas empresas estrangeiras que desejam converter suas demonstrações contábeis para os padrões norte-americanos, determinando dois métodos de conversão, conhecidos como método da taxa corrente (Translation) e método monetário/não-monetário (Remeasurement), que consideram, principalmente, a estabilidade da economia do país e a moeda funcional da empresa. O parágrafo 39 do SFAS 52 define moeda funcional como a moeda do principal sistema econômico em que a entidade opera. Dependendo das circunstâncias, é a moeda do sistema em que a entidade negocia. A utilização das duas metodologias não depende de escolha, mas sim do enquadramento da empresa nos parâmetros de cada método. A figura a seguir ilustra a definição da metodologia a ser utilizada:



Fonte: Adaptado de Martins, A. C. e Claro, C. E. A (2004 p.23)

Figura 1 – Escolha do método para conversão

Em resumo, empresas situadas em países com estabilidade econômica, onde a inflação acumulada dos últimos três anos seja inferior a 100% e que tenham suas operações principais denominadas na moeda local, no momento da tradução, devem utilizar o método de conversão Translation.

Empresas que no momento da conversão estiverem situadas em ambiente econômico instável, onde o somatório da inflação dos últimos três anos corresponda a mais de 100% ou que tenham sua moeda funcional denominada em outra moeda, que não a moeda local do país, devem utilizar a metodologia Remeasurement. Além disso, empresas que se encontram em economias estáveis, mas que sua moeda funcional não seja a moeda local do país, devem adotar o método Remeasurement. Uma comparação entre os procedimentos a serem adotados em cada metodologia encontra-se descrito a seguir:

Descrição:	<i>Remeasurement</i>	<i>Translation</i>
Itens monetários	Convertidos pela <u>taxa de venda do dólar no encerramento do exercício</u>	Convertidos pela <u>taxa de venda do dólar no encerramento do exercício</u>
Itens monetários não	Convertidos pela <u>taxa de câmbio do dia da operação</u> , ou seja, a taxa histórica	Convertidos pela <u>taxa de venda do dólar no encerramento do exercício</u>

Contas resultado	de	Convertidas pela <u>taxa de câmbio do dia da operação</u> , entretanto, existe a possibilidade da empresa utilizar a taxa média mensal do período, se for impraticável a utilização da taxa do dia da operação. As receitas e despesas associadas a itens não monetários são convertidas pelo dólar histórico.	Idêntico ao <i>Remeasurement</i>
Capital Social		Convertido pela <u>taxa de câmbio do dia da integralização</u>	Idêntico ao <i>Remeasurement</i>
Ajuste da oscilação cambial		Registrado no resultado do exercício, na conta denominada <i>Translation Gain or Loss</i> – TGL	Registrado no Patrimônio Líquido, em uma conta separada, denominada <i>Cumulative Translation Adjustment</i> – CTA

Fonte: (Elaborado pelos autores)

Quadro 1 – Quadro comparativo das metodologias para conversão

Em ambas as metodologias há contas patrimoniais que são convertidas pela taxa de câmbio do final do exercício, assim, se naquele momento a cotação oficial do dólar não expressar a verdadeira paridade entre as moedas, as informações financeiras poderão apresentar distorções significativas.

3. Teoria econômica da paridade do poder de compra (Purchasing Power Parity - PPP)

Gustav Cassel, economista sueco do século XX, aplicou elementos da Teoria Quantitativa da Moeda juntamente com a Teoria do Comércio Internacional para desenvolver uma forma sistemática da Teoria da Paridade do Poder de Compra (PPP), diferentemente de tudo o que já se havia desenvolvido até então (SZUSTER e SZUSTER: 2003).

Segundo Cabral, a teoria desenvolvida por G. Cassel menciona que (1998:p.12):

“...a taxa de câmbio que se estabelece entre dois países é função do poder de compra das respectivas moedas, medidas pela razão entre os correspondentes níveis de preços, e a evolução dessa taxa de câmbio se explica pelos diferenciais de inflação entre os dois países.”

Cassel procura mostrar que, em longo prazo, fenômenos monetários constituem determinantes essenciais para o reconhecimento das taxas de câmbio, tanto em regimes de câmbio flutuante quanto em regimes de padrão-ouro. Assim, “alterações no poder de compra interno de uma moeda têm uma influência maior sobre as taxas de câmbio do que qualquer outro tipo de alterações nas condições reais em que o comércio internacional se desenvolve” G. Cassel *apud* Cabral (1932a : P.660).

4. Paridade do poder de compra absoluta e relativa

A Paridade do Poder de Compra absoluta apresenta a idéia de que, o valor de uma moeda está relacionada a quantidade de bens e serviços que ela pode adquirir com uma unidade monetária dentro de seu país. A sua relação com outra moeda refletirá o poder de compra interno das duas moedas, que tende a se igualar pela taxa de câmbio, medida pela razão entre os níveis gerais de preços dos dois países.

Logo, $TC_t = \frac{NGP_A}{NGP_B}$; onde

TC_t : taxa de câmbio que representa o valor de uma unidade monetária do país A em

unidades monetárias do país B, no momento t;

NGP A, t e NGP B, t: nível de preços do país A e do país B, respectivamente, no momento t;

Sendo assim, o valor de uma cesta de bens e serviços de um país A, comprada pela moeda do país A é igual ao valor dessa mesma cesta de bens e serviços no país B.

O preço em unidades monetárias do país A de uma cesta de bens e serviços comprada no país A será igual ao preço em unidades monetárias dessa mesma cesta de bens e serviços do país A no país B em um instante t, se se verificar a teoria da Paridade do Poder de Compra absoluta.

O diferencial existente entre a razão dos níveis de preços dos dois países é a taxa de câmbio que iguala a equação, como segue:

$NGP A, t = TC, t \times NGP B, t;$

Observando o exposto anteriormente, conclui-se que a cesta de bens e serviços, como ativo não monetário possui o mesmo valor nos dois países. O diferencial entre eles está na quantidade de unidades monetárias suficientes para adquirir esta cesta em ambos os países.

A Paridade do Poder de Compra relativa esclarece o princípio de que toda e qualquer alteração no poder de compra interno de duas moedas provocará uma alteração na razão da capacidade do poder de compra interno de dois países. Essas alterações são provocadas por vários fatores, que podem ser permanentes ou passageiros, tais como taxas de juros de mercado, processo eleitoral, aumento do nível de produção entre outros. Dessa forma, a relação do poder de compra de duas moedas pode sofrer variações que não refletem a realidade do mercado.

5. Oscilações cambiais no Brasil

No caso brasileiro, o problema surge, principalmente, em épocas de grande oscilação nas cotações do dólar norte-americano. Segundo Martins (2004 : p.12):

“...os órgãos oficiais divulgam as taxas oficiais, que podem incluir ou não interferências do governo em suas cotações, seja pela fixação das taxas, pela determinação de patamares mínimos e máximos que a moeda pode atingir, pela compra ou venda de volumes vultuosos de moeda, acarretando variações na oferta e na procura, dentre outros. Essas interferências são chamadas de políticas cambiais, e no nosso país a instituição responsável por executar a política cambial é o Banco Central do Brasil, que, dentre outras responsabilidades, também fiscaliza o mercado de câmbio.”

Durante muitos anos, o país conviveu com taxas de inflação elevadas, até que em 1994, após muitas tentativas de conter a hiperinflação que assolava o País, foi possível estabilizar a economia. Desde então, ao longo de uma década, o país passou por diversos momentos em que o dólar sofreu variações significativas, algumas vezes refletindo a real perda no poder aquisitivo da moeda, porém, outras vezes influenciado por alguma agitação no mercado, que pouco tempo depois se revertia.

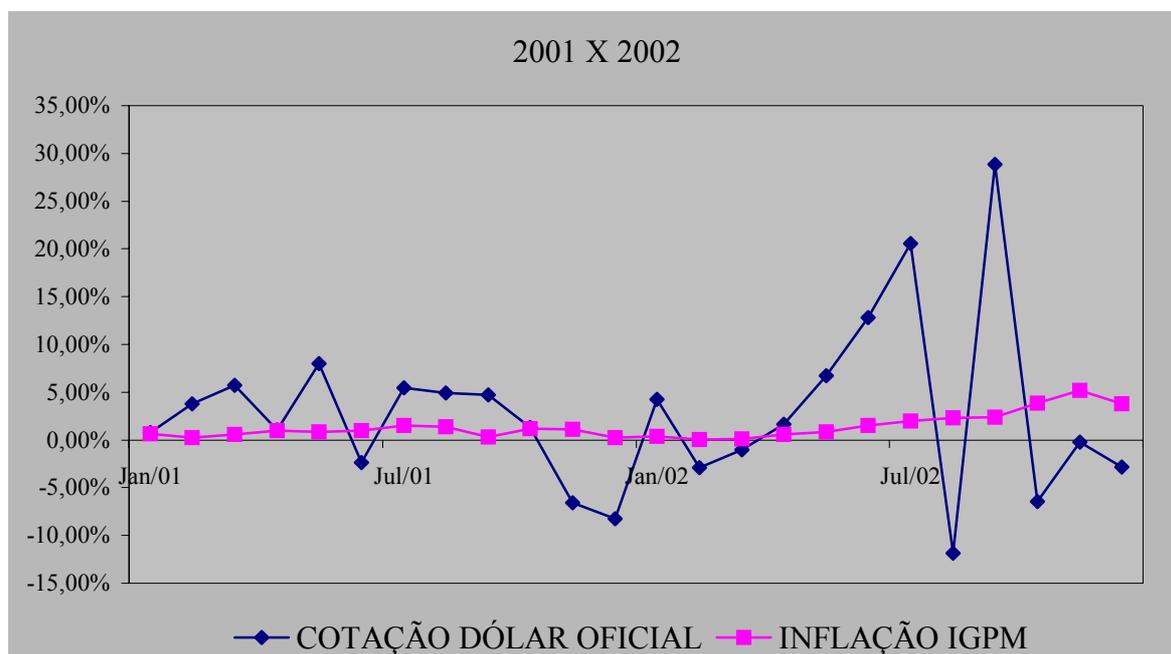
Em 1999, por exemplo, com a decisão pela livre flutuação da taxa de câmbio, ocorrida em janeiro, a cotação do dólar chegou a 2,16R\$/US\$, em março do mesmo ano, porém, a moeda nacional mostrou boa recuperação frente à moeda norte-americana, e terminou o ano cotada em 1,79 R\$/US\$ em 31 de dezembro.

E em 2002, outro exemplo, época das eleições presidenciais, incertezas nos cenários internos e externos levaram à volatilidade da taxa de câmbio, com forte apreciação do dólar, que

iniciou o ano cotado a 2,32 R\$/US\$ e terminou setembro cotado a 3,89 R\$/US\$. Fechou 31 de dezembro, cotado a 3,53 R\$/US\$. Já no início de 2003, a política econômica adotada pelo governo eleito refletiu na maior estabilidade da taxa de câmbio, que se encontrava no patamar de 3,35 R\$/US\$ no fim de março de 2003.

Por outro lado, a estabilidade econômica é medida através dos índices de inflação do país. Convencionou-se internacionalmente que países com o somatório da inflação dos últimos três anos inferior a 100%, são considerados estáveis – caso do Brasil desde o segundo semestre de 1997. Se um país tem inflação baixa, é possível comparar dados financeiros em períodos diferentes, pois acredita-se que não haverá perda significativa de qualidade das informações.

O gráfico a seguir, ilustra a comparação da variação da cotação do dólar oficial, divulgado pelo Banco Central do Brasil, e a variação da inflação, medida pelo IGP-M da Fundação Getúlio Vargas, nos anos de 2001 e 2002:



Fonte: (Elaborado pelos autores)

Figura 2 - Comparação dólar oficial x inflação

Analisando o gráfico é possível perceber que nem sempre períodos de estabilidade econômica coincidem com períodos de estabilidade cambial, e nestes casos, as demonstrações financeiras podem estar apresentando distorções, como por exemplo, prejuízos ou lucros contábeis expressivos que nunca se realizarão, e assim deixam de reproduzir a realidade econômico-financeira da entidade.

6. Uma alternativa – O Modelo Szuster

Segundo Simonsen (2002), o regime de câmbio flutuante possui muitas vantagens, mas também gera muitos entraves. A principal desvantagem é que as flutuações de curto prazo, não necessariamente apontam para as tendências de longo prazo, assim, geram-se valorizações ou desvalorizações transitórias, que não se sustentam ao longo do tempo.

Um dos mecanismos empregados com o objetivo de lidar com situações análogas já foi adotado no Brasil várias vezes, através do diferimento contábil das variações cambiais.

Em 1980, segundo a Deliberação CVM número 8/80 permitiu-se que as companhias abertas diferissem a chamada “variação cambial especial”, contemplada pela diferença entre a variação da ORTN e a taxa de câmbio no ano de 1979. Já em 1999, através de outra

Deliberação da CVM número 294/99, permitiu-se que as companhias abertas diferissem as variações cambiais ocorridas no 1º trimestre do mesmo ano devido a mudança do regime cambial brasileiro de semi-rígido para flutuante. Por último, em 2001, após a Medida Provisória número 03/01, emitida pelo Governo Federal, a CVM editou a Deliberação número 404/01 e 409/01, permitindo que as companhias abertas diferissem as variações cambiais ocorridas ao longo do ano de 2001.

Entretanto, o que se observa no decorrer do tempo, é que nenhuma medida consistente foi adotada com o objetivo de regulamentar os efeitos das oscilações cambiais ocorridos após a realização de determinados fatos político-econômicos. Seu reflexo nos demonstrativos contábeis, impede que o usuário da informação tenha uma visão clara dos fatos ocorridos em uma determinada companhia.

O modelo Szuster baseia-se na necessidade de aprimoramento das informações contábeis em decorrência da adoção do câmbio flutuante. Szuster e Szuster (2003) propõem uma alternativa diferenciada a ser adotada para os ativos e passivos de longo prazo, qual seja, atualizá-los por uma cotação que represente a prospecção do valor oficial do dólar na data da liquidação da transação, minimizando assim, o problema enfrentado com as oscilações de caráter temporário do dólar. Ou seja, a atualização não seria realizada pelo valor de fechamento do dólar na data do balanço, e sim pela cotação de um “dólar justo”.

O reconhecimento do dólar oficial seria realizado por ocasião da transferência do item patrimonial para o curto prazo, quando então seria realizada a conversão deste item pelo dólar da taxa de fechamento.

Os itens patrimoniais seriam atualizados até o limite do dólar justo e a diferença em relação ao valor nominal poderia ter três tratamentos: a) evidenciação em nota explicativa; b) contabilização como redutora do passivo; c) registro como ajuste do patrimônio líquido.

Deve-se frisar que as citadas normas tornaram-se necessárias em razão de medidas provisórias ou outros dispositivos emitidos pelo governo em momento anterior.

Esta proposta utiliza conceitos provenientes da Teoria Econômica da Paridade do Poder de Compra (Purchasing Power Parity - PPP), instituída pelo economista sueco Gustav Cassel, apresentada anteriormente no tópico 4, que considera que, no médio prazo, a cotação das moedas deve refletir o efeito das diferenças entre as taxas de inflação entre os países.

O parâmetro Szuster utiliza também a experiência do Banco Mundial, que com a finalidade de uniformizar a sistemática do cálculo, criou índices para a comparação de diversas moedas com o dólar norte-americano, calculados de acordo com a PPP, e os disponibiliza em seu site (www.worldbank.org).

O principal entrave, no entanto, é que a publicação mais recente desta entidade refere-se ao ano de 2001, motivo pelo qual torna-se necessário atualizar estes valores. Conforme reconhecem Szuster e Szuster (2003) a atualização deste índice é realizada a partir do dólar justo do ano anterior e da razão da inflação dos dois países comparados. Tal fato gera controvérsias acerca da escolha do índice de preços ideal a ser utilizado, além do fato de que independentemente do índice escolhido, poderá haver distorções na PPP, pois não existe um índice de inflação cuja composição seja idêntica em todos os países.

Szuster e Szuster (2003), no entanto, sugerem que o problema poderia ser superado com a realização do cálculo do dólar justo por instituição reconhecida e que realizasse ampla divulgação do mesmo. Tal pressuposto evitaria margens a discordâncias ou dúvidas, ao mesmo tempo em que garantiria a comparabilidade das informações, à medida que fosse obrigatória a adoção somente daquele índice.

7. O cálculo da atualização do dólar justo

O item anterior tratou das controvérsias acerca da atualização do dólar justo. Para que o estudo de caso proposto neste trabalho possa ser realizado, é necessária a atualização do dólar justo para 2002. Utilizaremos no cálculo o IGP-M como o índice de inflação do Brasil, por ser o indexador financeiro mais utilizado e o CPI (Consumer Price Index – All Urban Consumers) como o índice de inflação norte-americano.

Conforme já exposto, a determinação destes índices não deveria depender de escolha, e sim ser único e obrigatório, determinado por uma instituição financeira com prestígio reconhecido. Contudo, para que este trabalho possa ser realizado faz-se necessária a determinação do dólar justo do ano de 2002, o qual será demonstrado a seguir, mediante a atualização do dólar justo de 2001 multiplicado pela relação entre as inflações dos dois países:

Dólar Justo em 2001 = Taxa de Câmbio Oficial x Fator de Conversão PPP

Dólar Oficial = 2,36 (média anual das taxas de câmbio oficiais). O Banco Mundial trabalha com as taxas médias anuais para evitar distorções.

Fator de conversão PPP = 0,9 (conforme divulgação do Banco Mundial)

Dólar Justo em 2001 = 2,36 x 0,9 = 2,12

A atualização ficaria:

$$\text{Dólar Justo em 2002} = \text{Dólar Justo em 2001} \times \left(\frac{(1 + \text{inflação no ano do Brasil})}{(1 + \text{inflação no ano do USA})} \right)$$

Dólar Justo em 2001 = 2,12

Inflação no ano Brasil = 25,30%, para o ano de 2002, segundo o IGP-M da fundação Getúlio Vargas.

Inflação no USA = 2,40%, para o ano de 2002, segundo CPI – Consumer Price Index – All Urban Consumers

$$\text{Dólar Justo em 2002} = 2,12 \times \left(\frac{(1 + 0,2530)}{(1 + 0,0240)} \right) = 2,12 \times 1,2236 = 2,59$$

8. Uma aplicação prática do modelo Szuster – o caso da Aracruz Celulose S/A

A empresa Aracruz Celulose S.A., é um exemplo de empresa que sofreu fortes impactos com essas desvalorizações transitórias do real frente ao dólar, que posteriormente são revertidas, mas acarretam distorções nos resultados apresentados.

A Aracruz possui a maioria de suas receitas gerada em dólares (é predominantemente exportadora), e suas dívidas em dólares são na grande maioria (82,3%, em setembro de 2002), passivos de longo prazo. Como esta empresa está instalada no Brasil, apesar de suas receitas serem geradas em dólares, suas despesas e custos são, em grande parte, em reais, logo, na realidade ela é beneficiada nos casos de desvalorização do real, pois suas receitas (em dólares) representam uma quantidade maior de reais e seus custos e despesas (em reais) permanecem praticamente inalterados.

Mas nem sempre é isto que suas demonstrações contábeis mostram. Apesar de ter ciência de que os impactos da volatilidade cambial no balanço em reais são transitórios e que assim que a taxa de câmbio alcançar um novo ponto de equilíbrio os prejuízos iniciais serão revertidos,

não há dúvidas que a divulgação destas informações geram entraves, afinal, o que aparece primeiro é o prejuízo, as explicações vêm depois.

Em setembro de 2002, por exemplo, ao divulgar um prejuízo líquido em reais de R\$ 161,7 milhões nos nove meses de 2002, o Relatório da Administração da Aracruz continha a seguinte declaração:

“Esse prejuízo se deve a impactos estritamente contábeis da desvalorização do real ocorrida no período sobre a dívida da empresa em dólares. Por ter suas receitas também em dólares, a Aracruz tem uma proteção natural contra essas desvalorizações, cujo impacto inicial negativo no balanço em reais deverá ser compensado no decorrer dos próximos trimestres.”

As previsões de que o prejuízo contábil inicial seria revertido assim que houvesse um equilíbrio no câmbio se concretizaram e a Aracruz registrou lucro líquido de R\$715,8 milhões nos nove meses de 2003.

Em seguida propõe-se uma análise de itens patrimoniais e de resultados convertidos pelo dólar oficial da data do fechamento do balanço, considerando a utilização da metodologia Szuster nas demonstrações contábeis da Aracruz de 31 de dezembro de 2002 para as contas de financiamentos a longo prazo e despesas financeiras. Os dados foram consultados no relatório “Financial Statements 2002”, da empresa Aracruz Celulose S.A., disponível no *site* da instituição.

Ressalta-se que para realizar este estudo, partiu-se do princípio de que as demonstrações financeiras divulgadas da Aracruz Celulose S.A. foram devidamente adaptadas aos princípios contábeis norte-americanos, conforme parecer dos auditores independentes, que anuíram com a divulgação das informações. A moeda funcional da empresa é o dólar norte-americano, logo o método utilizado para a conversão das informações foi o remeasurement. Segundo estabelece este método, os itens patrimoniais monetários devem ser convertidos pela taxa de venda do dólar no encerramento do exercício, quanto as contas de resultado, devem ser convertidos pela taxa de câmbio oficial do dia da operação ou pela taxa média mensal do período, o ajuste da oscilação cambial deve ser registrado no resultado do exercício, na conta denominada Translation Gain or Loss – TGL, despesas de depreciação, resultados de equivalência e todos aqueles associados a itens não monetários são convertidos pelo dólar histórico nesse método.

Tomando-se como exemplo a própria conta empréstimos de longo prazo (conta monetária de longo prazo, convertida pelo valor de fechamento).

Valores em milhares de US\$		
Considerando o dólar oficial...		
31 de dezembro,	2001	2002
Empréstimos de longo prazo		
Partes Relacionadas	232.600	214.772
Outros	304.583	396.319
Cotação utilizada	2,3204	3,5333
Considerando o dólar justo...		
31 de dezembro,	2001	2002
Empréstimos de longo prazo		
Partes Relacionadas	212.512	157.433
Outros	278.278	290.512
Dólar Justo	2,12	2,59
Diferença - Comparação dólar oficial x dólar justo		
31 de dezembro,	2001	2002
Empréstimos de longo prazo		
Partes Relacionadas	20.088	57.339
Outros	26.305	105.807
DIFERENÇA TOTAL	46.393	163.145

Fonte: (Elaborado pelos autores)

Quadro 2 – Conversão da conta de empréstimos de longo prazo

Como é possível observar, em uma só conta patrimonial, o impacto foi de US\$ 46 milhões em 2001, e US\$ 163 milhões em 2002. Considerando ainda a composição dos empréstimos de longo prazo em dezembro de 2002 (quadro 3), evidencia-se que 36,53% dos empréstimos possuíam vencimento em até dois anos, enquanto mais da metade, 63,47%, possuía vencimento após dois anos.

Valores em milhares de US\$		
Considerando o dólar oficial...		
31 de dezembro de 2002		% do total
2004	223,231	36,53%
2005	92,632	15,16%
2006	91,692	15,00%
2007	89,851	14,70%
2008 e próximos	113,685	18,61%
TOTAL	611,091	100,00%

Fonte: (Elaborado pelos autores)

Quadro 3 – Vencimentos dos empréstimos de longo prazo

Observe-se o impacto ocorrido no item de resultado “despesas financeiras”:

Valores em milhares de US\$		
Considerando o dólar oficial...		
31 de dezembro,	2001	2002
Receitas (Despesas) não operacionais		
Despesas Financeiras	70.215	82.014
Cotação utilizada	2,3204	3,5333
Considerando o dólar justo...		
31 de dezembro,	2001	2002
Receitas (Despesas) não operacionais		
Despesas Financeiras	64.151	60.118
Dólar Justo	2,12	2,59
Diferença - Comparação dólar oficial x dólar justo		
31 de dezembro,	2001	2002
Receitas (Despesas) não operacionais		
Despesas Financeiras	6.064	21.896
DIFERENÇA TOTAL	6.064	21.896

Fonte: (Elaborado pelos autores)

Quadro 4 – Conversão da conta de despesas financeiras

A Aracruz reportou um resultado impactado por uma despesa financeira de US\$6 milhões em

2001 e US\$ 22 milhões em 2002, que, provavelmente, nunca se realizaria, considerando os empréstimos de longo prazo e a cotação do dólar, que não representa a verdadeira paridade entre as moedas.

Apesar de todos estes entraves, a Aracruz teve lucro contábil considerando suas demonstrações em US GAAP de US\$ 111,9 milhões em 2002 e de US\$ 18,1 milhões em 2001, contudo, percebe-se que apesar de ter obtido lucro, suas demonstrações contábeis não estavam representando fielmente o esperado para a realização dos itens. No caso, tanto o passivo de longo prazo quanto as despesas financeiras foram superavaliados nos dois anos.

As diferenças apuradas entre o valor da cotação oficial do dólar e a cotação do dólar justo, poderiam ter um dos tratamentos sugeridos pelo modelo Szuster, quais sejam, a) evidenciação em nota explicativa; b) contabilização como redutora do passivo; c) registro como ajuste do patrimônio líquido.

9. Conclusões

As demonstrações contábeis convertidas pelo SFAS 52 podem não refletir com fidedignidade a posição patrimonial das empresas em ambientes de baixa inflação e grande volatilidade nas cotações do dólar – realidade brasileira. A utilização do dólar de fechamento para a conversão de itens patrimoniais pode gerar distorções significativas nos demonstrativos caso a cotação oficial não esteja representando a verdadeira paridade entre as moedas naquele momento.

A utilização do modelo Szuster geraria informações mais condizentes com a realidade, mediante a utilização de um “dólar justo”, principalmente, nos casos de ativos e passivos monetários de longo prazo, altamente influenciados pela taxa de câmbio no momento da conversão, sem que, contudo, esta conversão guarde qualquer relação com as expectativas de realização daquele item.

Sendo assim, um dos grandes objetivos da Contabilidade está na divulgação das informações financeiras, tanto para usuários externos como internos.

A fim de auxiliar na tomada de decisão, o modelo apresentado procura amenizar os efeitos da volatilidade do dólar através de mecanismos de paridade cambiais com o objetivo de garantir a perpetuação da utilidade das demonstrações financeiras, e a própria essência da Contabilidade.

O estudo limitou-se à aplicação do modelo Szuster somente para as contas de financiamentos a longo prazo e despesas financeiras, não tendo sido verificado seu impacto sobre outras contas do balanço patrimonial. Dessa forma, sugere-se que outros novos estudos sejam feitos através da aplicação do modelo em outras contas patrimoniais, de modo a verificar seus reflexos no patrimônio da entidade.

Referências

AHMAD, Sultan. Purchasing Power Parity (PPP) for International Comparison of Poverty: Sources and Methods Disponível em: <www.worldbank.org> acesso em 12/02/2004.

RAO, D.S. Prasada; O'DONNELL, Chris PPPs for the Measurement of Global and Regional Poverty: Issues and Options Disponível em: <www.worldbank.org> acesso em 12/02/2004.

CABRAL, Palmira dos Anjos Veloso da Costa - Teoria da Paridade dos Poderes de Compra o caso português: análise empírica multidivisas e multiperíodos Dissertação de mestrado Universidade do Minho, Braga, 1998.

COSTA Jr, Jorge Vieira; SOUZA Filho, Rodolfo de Castro. Diferimento das variações cambiais: bom ou ruim ? Disponível em <http://www.cvm.gov.br>, acessado em 23/12/2004.

HENDRIKSEN, Eldon S., VAN BREDA, Michael F. Teoria da Contabilidade. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MARTINS, Aurea de Carvalho; CLARO, Carlos Eduardo Azevedo. A didática do SFAS 52. No prelo.

MARTINS, Aurea de Carvalho. A qualidade das Demonstrações Contábeis Convertidas em Ambiente Econômico Estável e Desvalorização Cambial. Pensar Contábil Mai/Jul – 2003.

MARTINS, Aurea de Carvalho. Dólar Justo x Dólar Oficial nas demonstrações contábeis convertidas pelo SFAS 52 – Uma aplicação do Modelo Szuster. Dissertação de Mestrado. UFRJ 2004.

RAO, D.S. Prasada; O'DONNELL, Chris PPPs for the Measurement of Global and Regional Poverty: Issues and Options Disponível em: <www.worldbank.org> acesso em 12/02/2004.

SIMONSEN, Mario Henrique. Textos Escolhidos. Ed.FGV, RJ 1ªEd. 2002

SZUSTER, Natan e SZUSTER, Fortuneé. Tratamento contábil do câmbio flutuante no Brasil – uma proposta frente à grande volatilidade 2001/2002. Boletim IOB n.º 8/2003, Caderno Temática Contábil e Balanços.

SZUSTER, Natan e SZUSTER, Fortuneé. Tratamento contábil do câmbio flutuante no Brasil - uma proposta alternativa considerando a grande volatilidade 2001/2002/2003 – (Continuação). Boletim IOB n.º 33/2003, Caderno Temática Contábil e Balanços

Site da Aracruz Celulose S.A., disponível em <http://www.aracruz.com.br>, acessado em 02/12/2004.

Site do Banco Central do Brasil, disponível em <http://www.bacen.gov.br>, acessado em 02/12/2004.